



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ

DESPACHO (ANDAMENTO) - CREMEC/PRES/CRE

Em 25 de julho de 2023.

A Comissão Regional Eleitoral segue o entendimento apresentado no Parecer SEI-35/2023 da Assessoria Jurídica do CREMEC.

Encaminhe-se o caso à Presidência do CREMEC para apuração de possível cometimento de ilícito ético.

Comunique-se à Chapa 1 enviando-lhe o parecer e informando que o caso foi enviado à Presidência do CREMEC para apuração de possível cometimento de ilícito ético.



Documento assinado eletronicamente por **ROGEAN RODRIGUES NUNES, Presidente**, em 25/07/2023, às 10:29, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0309569** e o código CRC **2170453A**.



Av. Antônio Sales, 485 - Bairro Joaquim Távora |
CEP 60135-101 | Fortaleza/CE - <https://cremec.org.br/>

Referência: Processo SEI nº 23.6.000006229-8 | data de inclusão: 25/07/2023



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ

PARECER Nº SEI-35/2023 - CREMEC/DIR/DIREX/COJUR/ASSEJUR

Em 21 de julho de 2023.

ASSUNTO: PROCESSO SEI Nº 23.6.000006229-8

SOLICITANTE: MARIA AIRTES VIEIRA VITORIANO - CREMEC Nº 4.096

EMENTA: PROCESSO ELEITORAL. PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR. NÃO TIPLICIDADE. INDEFERIMENTO. POSSÍVEL INFRAÇÃO ÉTICA. ENCAMINHAMENTO AO CREMEC.

I - RELATÓRIO

Trata-se de representação formulada pela representante da Chapa 01, Dra. Maria Airtres Vieira Vitoriano (CREMEC nº 4.096), quanto à possível propaganda irregular ventilada pela Chapa 02. Para tanto, aduz que no perfil de Instagram da Chapa 02, apresentam o médico Dr. Leandro Araújo como médico que possui “Especialização em Promoção e Vigilância em Saúde, Ambiente e Trabalho” e a médica Dra. Selma Medeiros como médica que possui “Residência Médica em Dermatologia pela Universidade de Ciências Médicas de Cienfuegos”. Nesse sentido, requer que a CRE tome as providências cabíveis. Em seguida, a CRE determinou que a equipe de apoio informasse qual a especialidade dos médicos supracitados, pelo que constataram que o médico Leandro Araújo da Costa (CREMEC nº 12.911) possui especialidade em Medicina de Família e Comunidade (RQE nº 10.821) e a médica Selma Raquel Medeiros Marques (CREMEC nº 10.060) não possui especialidade médica registrada.

É o relatório. Analisamos.

II - ANÁLISE JURÍDICA

A Resolução CFM nº 2.315/2022, qual dispõe sobre as instruções para a eleição dos membros titulares e suplentes dos Conselhos Regionais de Medicina – Gestão 2023-2028, trata da respectiva propaganda eleitoral, em seu Capítulo XI, mais especificamente do art. 37 ao art. 63, do qual extraímos os seguintes excertos:

Art. 37. A propaganda eleitoral nas eleições para os Conselhos Regionais de Medicina obedecerá ao disposto nesta resolução e, de forma subsidiária, à legislação eleitoral, incumbindo à Comissão Regional adotar todas as medidas cabíveis, inclusive judiciais, para impedir ou fazer cessar, imediatamente, a propaganda realizada em desconformidade com estas disposições.

Art. 38. A propaganda eleitoral será permitida entre o deferimento do registro da chapa eleitoral e até 24 horas antes do início da votação, salvo as exceções contidas nesta resolução. O material já publicado, não deverá ser retirado do ar das mídias da chapa ou do candidato, podendo, neste caso, permanecer sem alterações.

(...)

Art. 49. Não será tolerada propaganda:

I – de processos violentos, para subverter a ordem política e social, ou de quaisquer formas de preconceito;

II – que divulgue informações falsas;

III – de instigação à desobediência coletiva ao cumprimento de lei de ordem pública;

IV – que implique oferecimento, promessa ou solicitação de dinheiro, dádiva, rifa, sorteio ou vantagem de qualquer natureza;

V – que perturbe o sossego público, com algazarra ou abuso de instrumentos sonoros ou sinais acústicos;

VI – que prejudique a higiene e a estética urbana;

VII – que calunie, difame ou possa injuriar qualquer pessoa, bem como atingir órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública;

VIII – que desrespeite os símbolos nacionais, as leis e a Constituição Federal, o Código de Ética Médica e os Conselhos Regionais e Federal de Medicina.

(...)

Art. 52. Será vedada a propaganda eleitoral por meio de outdoors (inclusive eletrônicos), busdoors (ônibus), truckdoors (caminhões), cavaletes ou assemelhados, sujeitando-se a chapa eleitoral e seus integrantes à imediata retirada da propaganda irregular, sem prejuízo das sanções eleitorais aplicáveis.

Art. 53. Será permitida a propaganda eleitoral na internet após a inscrição da chapa eleitoral, perante a Comissão Regional Eleitoral.

Art. 54. A propaganda eleitoral na internet poderá ser realizada nas seguintes formas:

I – em sítio da chapa eleitoral ou do candidato, com endereço eletrônico comunicado à Comissão, direta ou indiretamente, em provedor de serviço de internet estabelecido no Brasil;

II – por meio de mensagem eletrônica, para endereços cadastrados gratuitamente pela chapa ou por candidato que a integre;

III – por meio de blogs, redes sociais, e-mail enviado pelo Conselho Regional de Medicina, sítios de mensagens instantâneas e assemelhados, cujo conteúdo seja gerado ou editado por candidato ou pela chapa eleitoral.

(...)

Art. 59. A representação relativa à propaganda irregular, deverá ser instruída com prova da autoria ou do prévio conhecimento do beneficiário, caso este não seja por ela responsável.

§1º A responsabilidade do candidato ou da chapa eleitoral estará demonstrada se, intimados sobre a existência da propaganda irregular, não providenciarem, no prazo de 1 (um) dia, sua retirada ou regularização, e ainda se as circunstâncias e peculiaridades do caso revelarem que o beneficiário teve conhecimento ou se beneficiou da propaganda.

§2º A intimação de que trata o parágrafo anterior será realizada pela Comissão Regional Eleitoral.

§3º A comprovação de que trata o caput poderá ser apresentada diretamente à Comissão Regional Eleitoral.

§4º A chapa que, devidamente intimada para retirar a propaganda irregular no prazo de 1 (um) dia não a realizar, não comprovar a impossibilidade ou a inexistência de benefício com a mesma, poderá ser excluída do processo eleitoral, nos termos do § 6º do art. 7º desta resolução.

(...)

Art. 63. Os representantes das chapas poderão fazer representações,

reclamações e pedidos de direito de resposta contra atos em desacordo com esta Resolução.

§1º Recebida a petição, a CRE providenciará a imediata citação do representante da chapa representada para apresentar defesa no prazo de 2 (dois) dias.

§2º Apresentada a defesa ou não, a CRE decidirá e fará publicar a decisão em 1 (um) dia, contado do dia seguinte à apresentação da defesa.

§3º Da decisão proferida pela CRE, que terá aplicabilidade imediata, caberá recurso à CNE no prazo de 1 (um) dia, contado da sua intimação por e-mail.

§4º A decisão da CRE que determine a exclusão da chapa do pleito, não terá aplicabilidade imediata, devendo ser analisada pela CNE, ainda que contra tal decisão não seja interposto recurso.

§5º Recebido recurso, será intimada a chapa contrária para apresentar contrarrazões no prazo de 2 (dois) dias.

§6º Findo o prazo fixado no § 5º, apresentadas ou não as contrarrazões, a CRE enviará imediatamente o processo para a CNE.

§7º A comprovação da postagem, em desacordo com essa resolução, pode ser feita por qualquer meio de prova admitido em Direito, não se limitando à ata notarial, cabendo à CRE aferir se ficou demonstrada a efetiva disponibilização do conteúdo, no momento em que acessada a página da internet.

§8º Em qualquer caso, caberá à parte que se sentir prejudicada pela não observância dos prazos pela CRE, apresentar Reclamação perante a CNE, juntando a cópia do processo, apontando especificamente e apresentando as provas do descumprimento desta Resolução pela CRE.

Ante os dispositivos acima colacionados, depreende-se que a representação apresentada pela Chapa 01 não estabelece propriamente uma propaganda eleitoral irregular feita pela Chapa 02, posto que não tipificada pela Resolução CFM nº 2.315/2022.

Contudo, tal conduta ora impugnada apresenta indícios de infração aos ditames do Código de Ética Médica e da Resolução CFM nº 1.974/2011, que versa sobre os critérios norteadores da propaganda em Medicina.

Nesse sentido, ante o possível cometimento de ilícito ético, sugere-se que a representação seja encaminhada à Presidência do CREMEC, para tomar as providências cabíveis, com vistas à apuração dos fatos, nos termos do Código de Processo Ético-Profissional (CPEP).

III - DA CONCLUSÃO

Por tudo acima exposto, entendemos que não há uma conduta específica de propaganda eleitoral irregular tipificada na Resolução CFM nº 2.315/2022. Todavia, ante o possível cometimento de ilícito ético, sugere-se que a representação seja encaminhada à Presidência do CREMEC, para tomar as providências cabíveis, com vistas à apuração dos fatos, nos termos do Código de Processo Ético-Profissional (CPEP).

É o parecer, salvo melhor juízo.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Felipe Rolim Nogueira, Advogado**, em 21/07/2023, às 14:27, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tatiana Michelle de Araújo Nobre, Advogada**, em 21/07/2023, às 14:50, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0305991** e o código CRC **ECF4DB00**.



CREMEC
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ

Av. Antônio Sales, 485 - Bairro Joaquim Távora |
CEP 60135-101 | Fortaleza/CE - <https://cremec.org.br/>

Referência: Processo SEI nº 23.6.000006229-8 | data de inclusão: 21/07/2023



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ

Ofício N°. SEI-2298/2023/CREMEC/PRES/CRE

Fortaleza, 25 de julho de 2023

À Senhora

Dra. Maria Airtes Vieira Vitoriano

Representante da chapa 1 - EXPERIÊNCIA E NOVOS RUMOS.

Assunto: Propaganda da Chapa 2.

Prezada Doutora,

Em resposta ao requerimento de Vossa Senhoria, protocolado neste Conselho sob o número 23.6.000006229-8, acerca de possível propaganda irregular ventilada pela Chapa 2 - ÉTICA, CIÊNCIA E CIDADANIA, informamos que a Comissão Regional Eleitoral (CRE), designada pela Portaria CREMEC n.º SEI-35/2023, nos termos da Resolução CFM n.º 2.315/2022, segue o entendimento apresentado no Parecer SEI-35/2023 da Assessoria Jurídica do CREMEC que segue anexo. Ademais, informamos que o caso foi encaminhado para Presidência do CREMEC a fim de que seja apurado a realização de possível cometimento de ilícito ético nos termos das normas vigentes que norteiam a atividade médica

Atenciosamente,

DR. ROGEAN RODRIGUES NUNES

Presidente da CRE



Documento assinado eletronicamente por **ROGEAN RODRIGUES NUNES, Presidente**, em 25/07/2023, às 10:32, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0309653** e o código CRC **6BA5102E**.



Av. Antônio Sales, 485 - Bairro Joaquim Távora |
CEP 60135-101 | Fortaleza/CE - <https://cremec.org.br/>

Referência: Processo SEI nº 23.6.000006229-8 | data de inclusão: 25/07/2023